

AGROECOLOGIA COMO ESTRATÉGIA DE RETERRITORIZAÇÃO CAMPONESA NO MUNICÍPIO DE IRANDUBA – AMAZONAS

Delma Lima da Silva Lopes¹

Ana Paulina Aguiar Soares²

Resumo

Estudo do processo de migração de camponeses ribeirinhos da comunidade de Costa do Catalão provocado pelo fenômeno geomorfológico das “terras caídas” no município de Iranduba (AM), e da sua reterritorialização como camponeses na zona rural do mesmo município, em comunidades situadas em estradas vicinais de rodovias estaduais. Ênfase é dada às divergências entre os modelos adotados no novo lugar de moradia e produção, onde parte dos migrantes, parentes entre si, decidiram praticar agricultura orgânica e militar na agroecologia buscando ampliar, tanto os mercados consumidores quanto praticantes de uma agricultura com princípios éticos que lhes conceda o protagonismo, a independência dos insumos industrializados, enfim a sustentabilidade cultural e política, além do tripé ecológico, social e econômico desses princípios. Os objetivos são evidenciar a divergência entre os argumentos utilizados pelos moradores que praticam e militam favoravelmente em favor da agricultura de cada uma das duas modalidades, seus fundamentos e os conflitos advindos das divergências.

Palavras-chave: Terras Caídas, Costa do Catalão, Camponês ribeirinho.

Introdução

O estudo aqui apresentado trata do processo de reterritorialização de ex- moradores, de uma área de várzea nas margens do rio Solimões no Amazonas, no município de Iranduba, a Costa do Catalão, atingida pelo fenômeno erosivo das “terras caídas”, em áreas de terras firmes no mesmo município³. No processo de migração, parte deles passaram a adotar práticas de agricultura orgânica, como resultado de um processo de formação e da inserção em movimentos de agroecologia.

O município de Iranduba está situado na confluência de dois grandes rios da bacia Amazônica, isto é, onde o rio Negro deságua no rio Solimões, formando o fenômeno conhecido

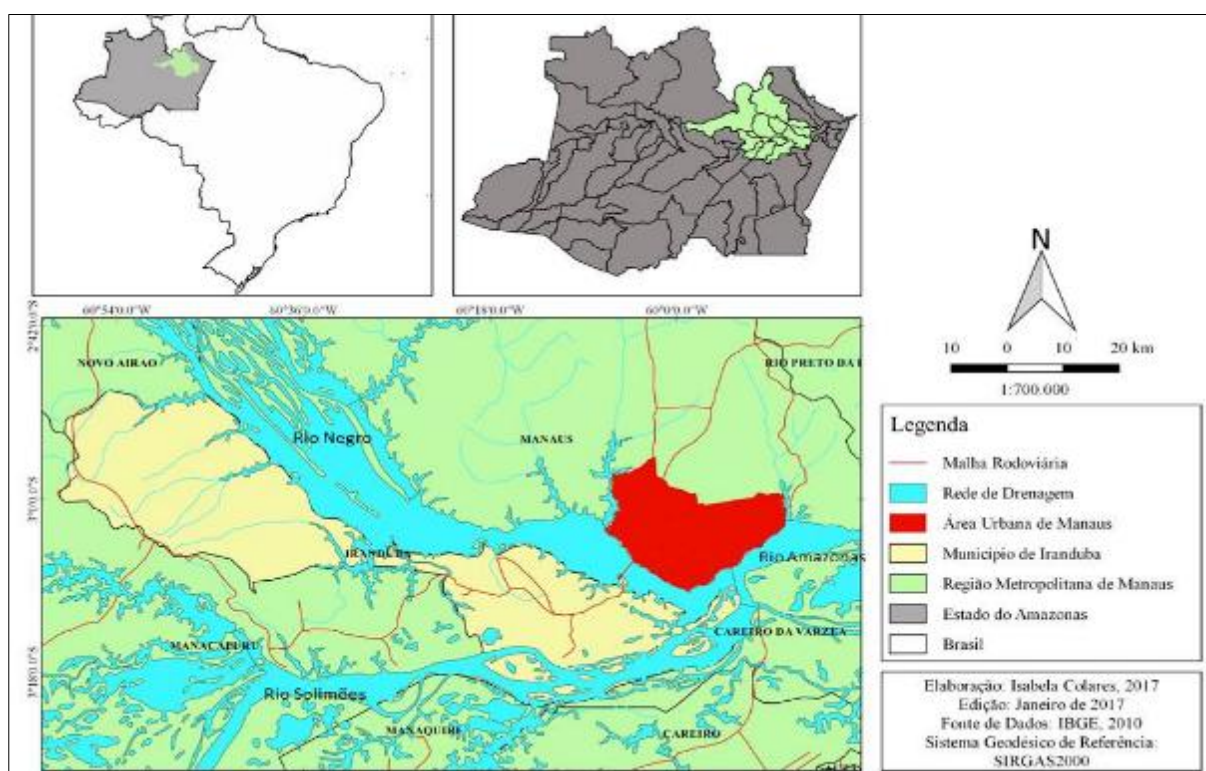
¹ Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Manaus, dsls.geo@uea.edu.br e limasdelma@hotmail.com.

² Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Manaus, apsoares@uea.edu.br.

³ Esta investigação faz parte da monografia de conclusão do Curso de Licenciatura em Geografia – UEA, da autora 1; e da pesquisa de Produtividade Acadêmica financiada pela UEA, da autora 2, intitulada *O Processo de Metropolização e a Produção de Novas Ruralidades na Região Metropolitana de Manaus (RMM)* e do projeto, desenvolvido junto Núcleo de Pesquisas Urbana e Regional/NPUR-UEA.

como “encontro das águas” (Mapa 1). Separado pelo Rio Negro, é administrativamente contíguo a Manaus, capital do estado do Amazonas, da qual recebe influências de caráter metropolitano.

A área territorial do município é de 2.214.251 km² e a população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2016, era de 46.703 habitantes. Limita-se com os Municípios de Careiro dá Várzea, Manaquiri, Manacapuru, Novo Airão e Manaus. Possui 42 comunidades definidas como rurais, segundo o Plano Diretor do município (IRANDUBA, 2011), que estão situadas nas margens dos dois rios de seus afluentes, outras estão situadas nas terras firmes (Formação Alter do Chão) do interflúvio Solimões-Rio Negro.



Mapa 1 – Município de Iranduba e sua situação geográfica entre os rios Negro e Solimões.

Elaboração: Isabela Colares.

A ocupação ribeirinha das margens do rio Solimões, na área territorial desse município, embora remonte ao século XIX, desde a década de 1980 vem sofrendo com mais intensidade perdas dos territórios de moradia e de plantio, em vista do fenômeno geomorfológico das “terras caídas” que provoca o deslocamento compulsório dos seus moradores. A ocupação do ambiente de terra-firme provém de colonização incentivada na década de 1940, que na segunda metade do Século XX foi assumida pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA).

Na terra firme, os lotes foram instalados no traçado constituído de uma teia de ramais/vias vicinais locais e duas rodovias intermunicipais que se tornaram eixos de valorização imobiliária ao longo tempo, embora a interligação com Manaus dependesse do transporte fluvial, por balsas e barcos. A partir da década de 2010, as terras foram supervalorizadas devido a implantação de projetos governamentais como a construção de uma ponte sobre o Rio Negro e a criação da Região Metropolitana de Manaus, resultando alterações sobre os espaços considerados rurais, impondo novas ruralidades e um novo viver influenciado pela urbanização (SOARES, 2017).

Dá-se ênfase, neste estudo, a moradores e ex-moradores da Comunidade da Costa do Catalão (situada na margem esquerda do rio Solimões) que foram forçados a migrar devido ao processo erosivo, popularmente conhecido como “terras caídas”. Diante dessas circunstâncias, uma diversidade de destinos foi tomado por esses migrantes. Parte deles mudaram-se para zonas urbanas de Manaus ou do próprio município, mas outros tomaram a iniciativa de adquirir pequenas áreas, em loteamentos feitos nas antigas parcelas da colonização dirigida, na zona rural do mesmo município (no Ramal do Pupunhal, e Ramal do Catalão), configurando um processo migratório rural-rural de caráter ribeirinho-rodoviário (Figura 1).

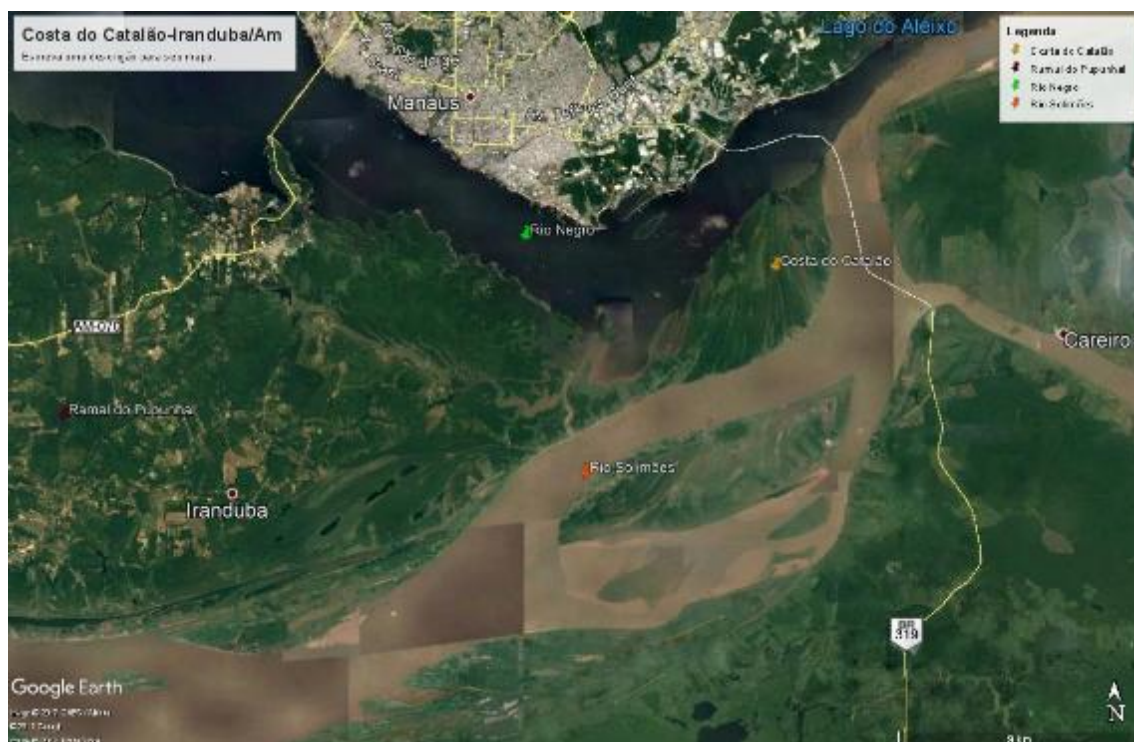


Figura 1: Imagem representando a localização das comunidades Costa do Catalão – ribeirinha (margem esquerda do Rio Solimões) e Ramal do Pupunhal – rodoviária (vicinal da Rodovia Carlos Braga que interliga a sede do Município de Iranduba à Rodovia AM 070 que interliga Manaus a Manacapuru). Ambas no Município de Iranduba – AM. Organizada por Delma Lopes.

Esse deslocamento espacial impõe sérias alterações essencialmente no modo de vida, e exige adaptações importantes. Na várzea além na condição de posseiros, territorializados como camponeses, numa comunidade ribeirinha tradicional, dispunham da terra fertilizada sazonalmente, além da floresta e das águas, como fonte de alimentos e de produtos extrativos passíveis de complementar a renda familiar (MASULO DA CRUZ, 2007; SILVA, 2003).

Nessa nova área, em que pese fazerem parte do mesmo tronco de parentesco originário da mesma comunidade ribeirinha e de manterem as características estruturais da família camponesa (OLIVEIRA, 2001), como proprietários – criaram uma associação (Associação dos Produtores Agrícolas do Ramal do Pupunhal – APARP), convivendo praticantes de dois modelos de produção, os que utilizavam insumos agroquímicos dependentes da indústria introduzido pela assistência técnica pública desde a década de 1970 em consequência da chamada “revolução verde”, e os outros que optaram por manejos orgânicos, identificados com o movimento agroecológico (GUTERRES, 2006; PEDROSO, 2000).

O objetivo principal do estudo é evidenciar a divergência entre os argumentos utilizados pelos moradores que praticam e militam favoravelmente em favor da agricultura de cada uma das duas modalidades, seus fundamentos e os conflitos advindos das divergências.

Elementos teóricos e metodológicos

Do ponto de vista do método, o estudo transita entre as abordagens dialético-crítico e fenomenológica posto que foi adotada a concepção de Alves (2008 p. 239), de que “a utilização de apenas um método para uma complexidade diversa, como é o caso do espaço geográfico, não dá conta ou suporte para o geógrafo”.

Quanto à abordagem fenomenológica, segundo Lencioni (1999 p. 150-1 citada por SPOSITO, 2004 p. 37), trata-se da “percepção advinda das experiências vividas procurando romper com a oposição entre sujeito e objeto, tanto quanto entre ator e observador [...] no qual o ‘espaço vivido’ é o ‘revelador das práticas sociais’ colocando o lugar como centro de análise”.

E quanto à reflexão dialético crítica, “procede pela refutação das opiniões do senso comum, levando-as às contradições, para chegar então à verdade, fruto da razão”, conforme Japiassu e Marcondes (1990, p.167 citados por SPOSITO, 2004 p. 39).

Os procedimentos utilizados para compreender a divergência a partir da autodeclaração dos moradores, com entrevistas abertas recuperando a memória oral coletiva, são condizentes

com a análise fenomenológica, desde o registro memorial do processo migratório e da constituição da comunidade reterritorializada e, principalmente, pela busca em valorizar a subjetividades dos sujeitos, camponeses, no relato de seus pontos de vista, a partir do qual se procurou interpretar as divergências e convergências.

Considera-se, ademais, que - ao se problematizar quanto as filiações ideológicas das divergências, quanto ao modo de pensar o processo produtivo, as relações com o mercado, as formas de se relacionar com a natureza e a produção de sócio-espacialidades distintas -, a reflexão adota a abordagem dialético-crítica. Os conceitos de “terras caídas”, agricultura camponesa, comunidades ribeirinhas, agroecologia, território e reterritorialização, conduzem a discussão, considerando-se que as divergências de discursos e de convicções conformam e estruturam as relações sociais e as configurações sócio-espaciais.

Acerca de “terras caídas”, trata-se de um fenômeno que ocorre nas vazantes dos rios de águas brancas do complexo Solimões – Amazonas.



Figura 2 – Margem do Rio Solimões atingida pelas Terras Caídas; em segundo plano moradias em situação iminente de desabamento. Autor: Ana Paulina Aguiar Soares.

A esse respeito, Carvalho (2006, p.14) afirma que

na região amazônica a erosão de margem é denominada de “terras caídas”. Trata-se de uma terminologia regional amazônica utilizada para designar de forma indistinta os desbarrancamentos que ocorrem nas margens do rio Amazonas e nos seus afluentes de água branca, particularmente nos trechos em que os mesmos são margeados pelos depósitos fluviais holocênicos que formam a atual planície de inundação.

Conhecido de todos os que habitam as margens desses rios, provoca perda de territórios como seringais, pequenos povoados/comunidades rurais, e em cidades como Parintins, Manicoré ruas com prédios são perdidos nesse processo.

Freitas e Albuquerque (2011 p. 1) acrescentam que “constituem uma modalidade erosiva deflagrada por causas naturais, devido ao processo de transporte de sedimentos, deposição e erosão, que ocorrem na fase atual de colmatagem e, configuração da planície fluvial amazônica”.

Para os fins desta pesquisa adotou-se reterritorialização e não reassentamento em que pese se tratar de um movimento no espaço provocado por motivos naturais e não por conflitos sócio territoriais, por se considerar que se referem a “relações essenciais e existenciais”. “Por se tratar de uma longa luta para preservar uma identidade, uma diferença” (RAFFESTIN 1993 pp. 162; 185). Ora, a própria ocupação imemorial das várzeas é atribuída pelo senso comum, a uma escolha cultural ou romântica dos camponeses amazônicas, mas se sabe, pelos riscos a que elas estão sujeitas, essas terras são apossadas, portanto gratuitamente, por não fazerem parte da valorização imobiliária. Tem a ver com o cotidiano e com as relações de poder. O que se constata é que apenas criadores de gado têm interesse por essas áreas tendo em conta que após a vazante os solos da várzea são cobertos por capim natural, que serve de alimento dos animais, e no período das enchentes eles são removidos para terras firmes ou para marombas quando o contingente não é numericamente grande. Não raro há conflitos entre fazendeiros de gado e camponeses ribeirinhos.

Portanto, a vulnerabilidade ao risco, para os camponeses, significa também a diminuição de custos devido a adubação natural que os sedimentos proporcionam para os plantios de ciclo curto; lugar para moradia; acesso à piscosidade dos rios e lagos; além de uso dos recursos da floresta e dos igapós, próprios desse ambiente. Apenas para destacar a alguns desses aspectos.

A noção de agroecologia adotada, é transdisciplinar, na perspectiva holística, dialogando com o conhecimento das comunidades tradicionais. A perspectiva é “crítica ao sistema de relações existente”, “desenvolvido na perspectiva crítica e dialética, de forma a estar sempre confrontando os mais diferentes conhecimentos, para a partir desse confronto de ideias, estabelecer novas diretrizes para o desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis” (PIRES e BLUM, 2016 p.277). Considera-se que muito além de liberar os camponeses da dependência do mercado de insumos de base industrial, a agroecologia busque recuperar o seu protagonismo, valorize o seu ethos, que sejam sujeitos da sua existência.

A comunidade de Costa do Catalão: “não somos os primeiros, mas somos os últimos”

Seus primeiros moradores remontam a meados de 1910, eram famílias nordestinas não inseridas na coleta da borracha, dominante na região no início do Século XX. Conforme o agricultor entrevistado Dilson Lima e Silva (com 71 anos, nascido nesse lugar), os primeiros

moradores se instalaram nessa área se organizando espacialmente, segundo os núcleos familiares, ficando conhecidos pelo sobrenome das famílias: os Amâncio, os Medeiros, os Cândido, os Sotero, os Correia Lima, os Aprígio, os Ramos, os Paz e Costa, os Conrado, os Pinheiro, os Teixeira e um fazendeiro Pedro Cordeiro. Com o tempo, pelos casamentos interfamiliares se constituiu em uma comunidade com base no parentesco. Inicialmente, eles cultivavam banana e macaxeira e, nos anos 1960, também plantaram juta para atender à indústria de tecelagem em Manaus. Nas décadas de 1970 e 1980, se dedicavam ao plantio mandioca para produção de farinha. A partir de então, com o crescimento demográfico de Manaus, devido à implantação da Zona Franca, que demandava por alimentos, Iranduba foi considerado um cinturão verde⁴, com incentivos governamentais. Foi quando o moradores da comunidade passaram a se dedicar ao plantio de hortaliças, que se mantem até o presente pelos remanescentes que resistem em morar apesar dos desmoronamentos causados pela erosão fluvial, conhecida como terras caídas.

Até a primeira metade da década de 2000, “ainda não havia desbarrancamento de terras”, pelo contrario, o que ocorria era o acréscimo de terras por deposição anual de sedimentos. Por isso, além da produção agrícola, a renda local era proveniente do turismo realizado nos os finais de semana com pessoas vindas tanto de Manaus quanto de comunidades vizinhas que se deslocavam em barcos de passeio - os “recreios” - como eram conhecidos - para participar dos jogos e torneios no campo de futebol, promovidos pelo time local conhecido como Fuscão Preto.

A comunidade também anualmente promovia os festejos de São Sebastião, na capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, com procissão que ocorria “de uma ponta a outra da comunidade”. Mas, a partir de 2005, houve o primeiro desmoronamento de terra, especificamente onde ficava a Capela de Nossa Senhora do Perpetuo Socorro e o terreno de um dos moradores que foi responsável pela doação do terreno para a sua construção, em seguida desmoronou o lugar onde aconteciam os torneios de futebol, o “campo do Renato”, como era conhecido. Nesse local viviam cinco famílias inclusive moradores mais antigos da comunidade como o Sr. Hamilton e dona Maria Soledade (pais do entrevistado)⁵. A partir daí esse fenômeno

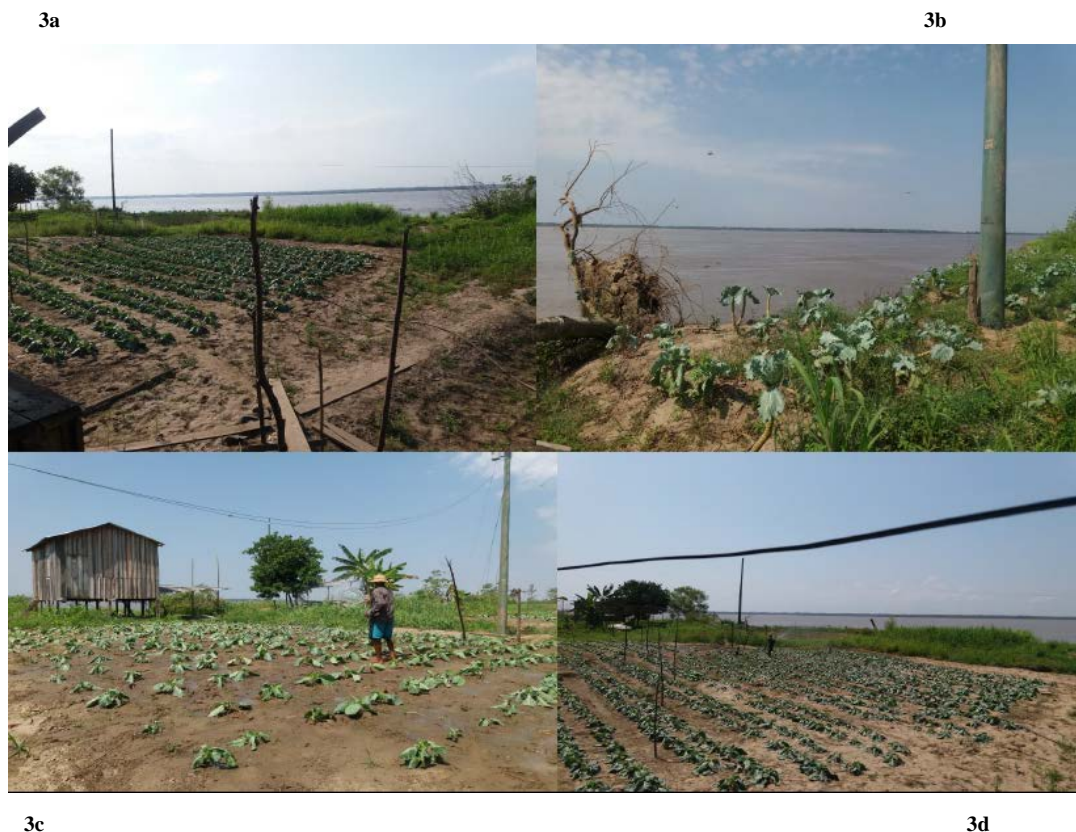
⁴ Projeto Cidade Hortigranjeira de Iranduba, 1976. Cf. Chaves, 1990.

⁵ O casal mencionado eram os avós maternos da co-autora deste artigo, Delma Lima. Todos os entrevistados são seus parentes e autorizaram o uso dos seus nomes: Sr. Dilson, Sr. Antônio, Sr. Raimundo Lima da Silva – Doca , 57 anos (tios maternos); Jonilson esposo de Walda Ferreira (cunhada do Sr. Doca); Dorivan, irmão de Walda; Francisca esposa de Antônio.

erosivo se tornou cada vez mais intenso fazendo com que essas famílias fossem obrigadas a buscar novos lugares para viver e trabalhar. Embora, em torno de 55 famílias estejam resistindo em não se mudar, pela relação afetiva com o lugar e pelas dificuldades financeiras para a mudança. O entrevistado, Sr. Dilson, em relação à sua permanência ainda no terreno da comunidade, mesmo sabendo do perigo que estava correndo em relação ao desmoronamento das terras (Figuras 3), afirmou: “não somos os primeiros, mas somos os últimos, pois enquanto tiver terra para plantar, vou permanecer aqui”.

Segundo explicação empírica desse agricultor, ele observa que o fenômeno ocorre com mais frequência “quando o rio está secando”, ele não nota tanto a influência da chuva. “Nos últimos anos vem acontecendo com frequência, a terra vai se acumulando nas margens e com a força da correnteza e como não teve tempo de secar, após sair da alagação o barranco não aguenta e cai a terra com tudo o que tem em cima: casa, plantação, igrejas, caminhos, campo...”. As suas palavras referem às noções apresentadas pela literatura (CARVALHO, 2006 e 2012; FREITAS E ALBUQUERQUE, 20011).

Nos dias atuais (setembro 2017), são 55 famílias, que plantam hortaliças, principalmente couve cheiro, verde e cebolinha. Mantêm contratos com programas de aquisição de alimentos da agricultura familiar, através da Associação dos Moradores do Catalão.



Figuras 3a, 3b, 3c, 3d – Fotos da área de cultivo na Costa do Catalão com plantio de couve na margem esquerda do Rio Solimões. Autor: Ana Paulina Aguiar Soares

O modelo de produção utilizado, no entanto, é dependente de insumos químicos, cujo uso é atenuado segundo o argumento de que “hoje é feito de forma menos agressiva e respeitando os limites para colheita e somente o técnico agrícola pode dar a autorização para compra dos agrotóxicos”. O entrevistado, Sr. Dilson, se refere ao fato de que durante décadas esses produtos eram vendidos pelos comerciantes, sem quaisquer controle.

O Ramal do Pupunhal: migração e agricultura orgânica

A migração dos ribeirinhos da comunidade do Catalão se iniciou a partir de 2010. Com o fenômeno da erosão fluvial, começaram a procurar outros meios para sobrevivência, uma vez que a comunidade se dedicava economicamente à agricultura familiar. Com a saída de um dos moradores, Sr. Raimundo Lima e Silva, conhecido como Doca, começou o processo de migração, primeiro foi para Manaus e anos depois foi para Iranduba. Em seguida, um irmão dele, Sr. Antônio Lima e Silva, conseguiu com recursos próprios comprar um terreno no ramal do Pupunhal, em terra-firme, no mesmo município de Iranduba, para continuar a reprodução social como agricultor familiar.

As iniciativas foram individuais e custeadas por recursos próprios, tendo em vista que nenhum órgão público concedeu apoio nesse sentido. Assim se iniciou a produção de um espaço agrícola reterritorializado por ex-moradores da Costa do Catalão.

O casal Sr. Jonilson e Sra. Walda Ferreira, acompanhou o Sr. Doca, e inicialmente mudaram-se para Manaus, trabalhando com agricultura:

Tivemos que morar em Manaus. Trabalhamos 10 anos na zona Leste no terreno de um empresário [...]. Aí por motivo das venda do terreno tivemos que sair, e com ajuda do padre Hudson e padre Orlando, passamos mais 5 anos no terreno do centro social CSELA⁶. Fizemos uma parceria com eles tivemos alguma ajuda pelo projeto. Mas não foi fácil tivemos muitas dificuldades financeiras e só com o PREME que foi melhorando e fizemos contratos com a agência ADS, isso é entrega de produtos para merenda escolar. Então aí surgiu a ideia de morar no Iranduba. Meu irmão [Dorivan Ferreira] já morava no Iranduba e ele me disse que tinha uns terrenos pra vender. E nós compramos um terreno medindo 160 de comprimento por 20 de largura e trabalhamos mais ou menos 1 ano no convencional. (W.FERREIRA, 2017)

⁶ Centro Social e Educacional do Lago do Aleixo – CSELA, Manaus / AM.

A cada vazante anual (julho a novembro), depois de 2010, essa caída de terras foi-se acentuando e afetando outros moradores da Costa do Catalão, provocando o deslocamento compulsório dos atingidos diretamente. Os que optam em continuar como horticultores têm adquirido pequenos lotes no entorno dos primeiros moradores, constituindo uma nova comunidade que tem sido identificada como Ramal do Pupunhal e Ramal do Catalão.

Conforme relatado da entrevistada, que também participa como militante da Rede Maniva de Agroecologia – REMA, a divergência em relação a agricultura orgânica e agricultura convencional, resultou na criação de uma segunda associação alternativa à APARP, de base municipal, que é a Associação dos Produtores Orgânicos de Iranduba – APOI, contribuindo para a organização social dos moradores segundo a opção feita no modelo de produção.

No que se trata da verbalização acerca das motivações e opções quanto às práticas e manejos não convencionais, metade das famílias, isto é, sete das quatorze (7/14), oriundas da Costa do Catalão, após um ano da moradia no Ramal do Pupunhal passaram a praticar agricultura orgânica. A esse respeito D. Walda afirmou: “Depois, minha filha que é engenheira florestal, me deu a ideia de trabalhar com o orgânico e eu gostei da ideia. Começamos a transição, foi um ano de transição pra conseguir uma OCS⁷. Agora já estamos vendendo cesta orgânica e também vendemos para os consumidores e feiras”.

Seu irmão, Dorivan, declara que inicialmente houve dificuldades, uma delas se devia à não segregação dos plantios para evitar a contaminação dos orgânicos com os produtos químicos utilizados pelos vizinhos, componentes do mesmo grupo familiar e provenientes da mesma comunidade na várzea. Devido a isso, durante alguns anos, tiveram dificuldade em obter o selo de produto orgânico. Para superar esse impasse, foi necessário adotar estratégias de proteção, fazendo cercas naturais nos limites com os vizinhos. Só após isso, foi possível se enquadrar nos requisitos exigidos (MEDAETS e FONSECA, 2005). Quanto ao mercado, como produto orgânico certificado, foi possível fazer contratos para programas governamentais em Manaus e de Iranduba recebendo um valor agregado de 30%. Além disso, adotaram o fornecimento de “cestas verdes” que são entregues a consumidores residentes em Manaus, com uma média de 12 itens ao preço de R\$50,00 (Junho 2017). Afirmam que precisaram evitar a divulgação por meio de redes sociais temendo não dar conta da demanda.

⁷ Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) - Lei Federal 9.790, de março de 1999.

Dentre os demais agricultores, também provenientes da Costa do Catalão, que preferiram continuar segundo o modelo convencional que era praticado há décadas, o Sr. Antônio Lima e Silva, considera que a principal dificuldade inicial, foi lidar com o solo da terra firme, muito diferente daquele da várzea. Por isso, metade das famílias preferiu manter o modelo insumo químico-dependente, sob o argumento de que a produção orgânica requer se dedique muito tempo para a produção dos adubos, defensivos e demais insumos, o que prolonga o tempo de produção e baixa a produtividade. Além disso, se optassem pelo modelo alternativo, na transição levariam muito tempo sem produzir implicando em falta de renda no período. Ele aponta uma dificuldade para a utilização dos insumos agroquímicos: o tamanho das letras impressas nas embalagens é muito pequeno e há dificuldades para a leitura, o que implica, conseqüentemente em dificuldade em aplicar de forma correta no que se trata ao proposto na bula de cada produto. Uma opção, segundo declarou, seria que tivessem acesso a assistência técnica pública adequada, que facilitaria nesse sentido. Afirmou, no entanto, que procura cumprir os prazos de aplicação dos agrotóxicos prévios para a entrega aos programas aos quais mantém contrato, assim como para a venda diretamente aos consumidores, nas feiras. Da mesma forma que os que praticam o modelo orgânico, eles se submeteram aos editais públicos e foram contemplados com contratos de compra da produção pelos programas governamentais municipais e estadual.

Cabe destacar que o interesse dos armazéns de venda de insumos provenientes da agroindústria de sementes, adubos, agrotóxicos, assessórios e equipamentos investe em manter a clientela facilitando a aquisição embora sem se responsabilizar pelas conseqüências.

Enfim, o que há de novo no ambiente de terra firme, para ambos, é a possibilidade de produzir durante todo o ano, enquanto na várzea, só era possível no período de vazante.

Constata-se, ademais, que embora continuem sendo camponeses como antes o eram, na Comunidade ribeirinha da Costa do Catalão, convivem entre si de forma amigável e afetuosamente, embora mantenham divergências relativas às práticas produtivas.

Considerações finais

Considera-se relevante tratar dessa temática para a Geografia em vista de que envolve e rebate num campo de estudos diversos como as migrações, a produção social e econômica do

espaço, o debate sobre sustentabilidade e a reprodução social de famílias camponesas submetidas ao mercado capitalista, conforme foi evidenciado na observação empírica.

Constata-se que o processo geomorfológico impõe migrações de diversos tipos, que levam à produção de novas territorialidades e um novo viver utilizando modelos mais adequados à vida. Apesar disso, se explicitam contradições quanto as relações com o mercado, impostas pelos interesses capitalistas, revelam concepções distintas quanto ao modo de produzir, quanto nas dinâmicas de obtenção de renda, nas temporalidades e nos índices de produtividade que são utilizados como parâmetros nas divergências.

Aa práticas agroecológicas como uma estratégia para a produção de alimentos saudáveis e para a resistência e re-existência camponesa é uma temática que a Geografia Agrária tem procurado dar visibilidade e que incitam a necessidade de mais reflexão e investigação. Mas provoca o desafio de maior relacionamento entre pesquisa e práticas de extensão como compromisso social transformador.

Referências

- ALVES, Flamarion Dutra. Considerações sobre métodos e técnicas em Geografia Humana. **DIALOGUS**. Ribeirão Preto, v.4, n.1, 2008, p. 227-241.
- CARVALHO, José Alberto Lima de. **Terras Caídas e consequências sociais: Costa do Miracauera -Paraná da Trindade, Município de Itacoatiara -AM**, Brasil. (Dissertação). Universidade Federal do Amazonas, Manaus,2006.
- CARVALHO, José Alberto L. de. **Erosão Nas Margens do Rio Amazonas: o Fenômeno das Terras Caídas e suas Implicações na vida dos moradores**. Tese. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Niterói/RJ: Universidade Federal Fluminense, 2012.
- CHAVES, M. do Céu. **Ribeirinhos na Travessia Produzida: análise de um projeto para populações rurais no Estado do Amazonas**. Dissertação de Mestrado. PPG em Educação. FGV-IEAE, Rio de Janeiro, 1990.
- FRAXE, Therezinha; PEREIRA, Henrique dos S. ; WITKOSKI, Antônio C. (Org.) **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais** Manaus: EDUA, 2007.
- FREITAS, Francimara & ALBUQUERQUE, Adorea R. Análise Temporal sobre as “Terras Caídas” no Médio Solimões/Coari (AM). *Revista Geografar* www.ser.ufpr.br/geografar Curitiba, v.6, n.2, p.1-21, dez./2011.
- GUTERRES, Ivani. **Agroecologia Militante: contribuições de Enio Guterres**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

IBGE, **Estimativas da População Residente no Brasil e Unidades da Federação com data de Referência de 1º. De julho de 2016.** Disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2016/estimativa_dou_2016_20160913.pdf

IRANDUBA, **Lei 121 - Plano Diretor:** Prefeitura Municipal de Iranduba: Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas, 21/02/2011.

MASULO DA CRUZ, Manoel de Jesus. **Territorialização Camponesa na Várzea do Amazonas.** Tese. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana USP. São Paulo, 2007.

MEDAETS, Jean Pierre e FONSECA, Maria Fernanda. **Produção Orgânica.** Regulamentação Nacional e Internacional. Brasília: MDA/NEAD, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo. **Agricultura Camponesa no Brasil.** 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001

PEDROSO, Maria Thereza. **Reforma Agrária associada à agroecologia.** Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA 2000 In www.abrareformaagraria.com.br .

PIRES, João Henrique e BLUM, Daniela. Semeando a Agroecologia. In MAZIN, Ângelo; NOVAES, Henrique, PIRES, João Henrique e LOPES, Joice (Org.) 2 ed. **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia.** V. 2. São Paulo: Outras Expressões, 2016. Pp. 259-278.

SILVA, Nágila. L. da. **Implicações do crédito rural na vida caboclo- ribeirinha da Comunidade da Costa do Catalão no Município de Iranduba- Am,** Monografia de Conclusão do Curso de Ciências Sociais – Universidade Federal do Amazonas, Manaus: UFAM, 2003.

SOARES, Ana Paulina A. O processo de metropolização e a produção de novas ruralidades na Região Metropolitana de Manaus. **Anais.** XVI Encuentro de Geógrafos de América Latina – EGAL, La Paz – Bolívia, 2017. Disponível em <https://archivos.egal2017.bo/s/ZWD1llfy2PJ8ugt>

SPOSITO, E. **Geografia e Filosofia.** Contribuição para o ensino do pensamento geográfico.